

1 - Psicologia e pensamento dicotômico

Kester Carrara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, K. Psicologia e pensamento dicotômico. In: *Uma ciência sobre “coisa” alguma: relações funcionais, comportamento e cultura* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 27-40. ISBN 978-85-7983-657-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

PSICOLOGIA E PENSAMENTO DICOTÔMICO

Seja no cenário da experimentação, seja no da reflexão, a principal dificuldade para o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento passa por um processo de imobilização conceitual. Nesse processo, ao longo da história da Psicologia, numerosos atores tomaram para si, como inamovíveis, algumas posturas localizadas em um ou outro dos polos extremos das principais dicotomias costumeiramente enunciadas e discutidas nessa trajetória, exemplificadas pelas díades inatismo–ambientalismo, monismo–dualismo, estruturalismo–funcionalismo, determinismo–indeterminismo, objetivismo–subjativismo e internalismo–externalismo. Embora duas das características dessa lista sejam a sua perene incompletude e a sua similitude ou equivalência às de outras áreas de conhecimento,¹ é seguro que as dissensões por ela abrangidas são suficientes para caracterizar a polêmica trajetória da Psicologia na busca de sua consolidação como ciência.

Ao longo deste livro, o leitor facilmente identificará em que medida essas dissensões permeiam as tentativas de formulação de uma

1 Na Filosofia, por exemplo, é comum encontrar algo como: racionalismo–irracionalismo, materialismo–idealismo, teoria–práxis; e coloquialmente, em áreas compartilhadas: físico–psíquico, alma–corpo, interior–exterior, público–privado.

Psicologia enquanto ciência. Essas díades funcionam como um tipo de trama de um pano de fundo sobre o qual se inscrevem, abordagem por abordagem, os principais enunciados a respeito do que constituiria a dimensão “psicológica” da existência dos seres vivos, especialmente os humanos. E, ainda que outros tantos aspectos façam parte do processo de elucidação das diversas possibilidades explicativas da constituição desta ou daquela mediação teórica, é historicamente notória a predominância de um dos polos de cada díade nos constructos hipotéticos que buscam definir e nominar teorias e sistemas explicativos no contexto da Psicologia.

Ocorre, quase sempre, que essas oposições não correspondem, no mundo empírico, de fato e exatamente, a uma real dicotomia terminativa, final e irreversível, do tipo ou isto ou aquilo. Na maioria das vezes, tais dicotomias não são verdadeiramente dicotômicas. Não há como demonstrar, de modo cabal, que todos os comportamentos dos seres vivos possuem uma origem necessariamente inata, no sentido de que sejam geneticamente transmitidos. Do mesmo modo, não há como obter dados que corroborem uma (suposta) afirmação “ambientalista” de que todo comportamento é aprendido. A oposição entre os polos é, na maioria das ocasiões, algo relativo, condicional, circunstancial ou contextual. Ainda no mesmo exemplo, os fatos da experiência dos organismos vivos, de maneira consistente com a direção dos dados da pesquisa experimental, sugerem a interação de fatores genéticos e ambientais na determinação do comportamento.

No exemplário dos episódios de vida, cada atividade dos organismos parece apresentar-se menos ou mais influenciada por variáveis da história biológica ou da história ambiental. Algumas situações são, ilusoriamente, exemplos “claros” de uma ou de outra, entre duas formas de determinação: 1) as mudanças na dilatação da pupila em função da variação claro/escuro; os comportamentos que compõem o “estilo” de construção de ninho do pássaro joão-de-barro; o ato de seguir o primeiro objeto que se move, comum entre certas aves (o *imprinting*, ou estampagem, no exemplo clássico de Lorenz, não importa se correto ou não); e o fototaxismo positivo no

voos “cegos” das mariposas em direção à chama que poderá consumir suas vidas – todos esses exemplos oferecem uma nítida impressão, porém falsa, de que aí está presente a demonstração de que há uma “causa” genética para esses repertórios; (2) quando respondemos mediante contração ou dilatação pupilar em função de acontecimento sonoro só por nós ouvido num filme; quando o elefante do circo, após fazer seus malabarismos, inclina-se para receber o “reconhecimento” do público; quando legamos aos nossos descendentes um estilo arquitetônico de construção residencial; quando o técnico em informática faz um reparo no nosso notebook; quando o afinador de pianos adequa os sons oitava por oitava; quando afirmamos a inexistência de um altruísmo desinteressado – tudo parece nos conduzir, nesses casos, a uma conclusão pragmática e aparentemente inequívoca de que todos esses episódios derivam apenas da experiência interativa dos indivíduos com seu ambiente. Ou seja, eles seriam ambientalmente determinados ou “causados”.

De maneira diferente do que as aparências sugerem, nenhuma dessas formas de determinação constitui um conjunto de exemplos de ações fundadas apenas na genética ou no ambiente. No primeiro exemplário, as condições corporais (ou orgânicas) que proporcionam alguma probabilidade para sua ocorrência resultam de transmissão genética. No entanto, sua efetiva origem encontra-se na seleção de tais condições corporais, em tese, a partir de mutações que se constituem vantajosas em termos funcionais (ou seja, trazem maior benefício para a sobrevivência da espécie, não sem considerar o contraditório exemplo das mariposas). Constituir-se como mais funcional é um processo que implica, numa dimensão temporal específica, a interação entre organismos e ambiente. Em última análise, um corpo modificado, no âmbito da espécie, pelas interações com o ambiente, é reproduzido ou replicado de tal modo que as condições biológicas apresentadas ao nascimento podem ser vistas como uma estrutura variavelmente flexível, mas duradoura e determinante de um padrão “fixo” de ação. No entanto, quando se olha para a dimensão “fixa” desses padrões, nada se encontra que sugira uma estrutura eterna, mas em constante mutação, embora

numa dimensão temporal relativamente extensa. Ou seja, o que se “vê” – mas que concreta e propriamente não se vê –, em última análise, são relações.

Na maioria dos casos, famosas dicotomias não expressam, de modo efetivo, qualquer “incoerência” natural, nem implicam que os organismos vivos resultem de arranjos estruturais de natureza distinta. Em outras palavras, são os processos *qua* processos que são distintos para comportamentos ou grupamentos de comportamentos. Para além do fato, em sua aparência apenas estrutural, de que são as características espécie-específicas que isoladamente determinam os padrões comportamentais, a configuração relacional e a dimensão histórica das interações organismo–ambiente parecem prevalecer como condicionantes de sua ocorrência.

Os exemplos do caso 1, examinados “de perto” parecem evidenciar uma determinação biológica representada por uma estrutura corporal geneticamente transmitida e sinalizada, que permitirá ao organismo comportar-se de certa maneira. Esse olhar próximo, imediato, sugere que uma possível “causa” do comportamento localiza-se nessa estrutura biológica específica. Porém, ao examinarmos de modo indireto, mediato, mantendo certo distanciamento temporal que permite vislumbrar a trajetória de desenvolvimento e consolidação de certa estrutura biológica, o que nela encontramos? Não exatamente um corpo que, pela sua organização biofisiológica inerente (portanto, não dada por interação), responde pelo padrão comportamental analisado, mas um organismo de tal modo configurado e cuja história filogenética, em alguma extensão temporal ao longo de sua trajetória (interativa), fez que fosse selecionado e cumprisse funções de sobrevivência da espécie, de maneira direta ou indireta. O que prevalece, aparentemente, continua sendo o conjunto dos processos de variação e seleção pelas consequências e a efetividade do repertório selecionado num ambiente provavelmente semelhante ao prevalente no passado. Para resumir, o que se nota é que, mesmo na dimensão filogenética, o modo determinante das mudanças anatômicas, fisiológicas, enfim, biofuncionais, não é outro senão aquele dado por interações e relações funcionais.

Quanto aos exemplos do caso 2, parece mais fácil identificar onde estão as relações, por conta da dimensão temporal relativamente curta (a própria duração da existência do organismo, por exemplo) em que as interações produzem a grande maioria dos nossos comportamentos (os operantes e os respondentes condicionados). Note-se, em contrapartida, que também aí as origens são da mesma natureza daquelas apresentadas pelo corpo cujas características são geneticamente transmitidas. Ou seja, ser sensível às consequências é uma condição corporal que, de maneira curiosa, não se dissocia da história dos efeitos de interação de organismos vivos com seu ambiente num passado “remoto”. Trata-se de uma condição corporal que visa a funcionalidade interativa e, em consequência, a possibilidade de se aprender por meio da variação e seleção operantes e transmitir práticas culturais, que poderão ou não permanecer e mudar daí em diante, em conformidade com as contingências a que estejam submetidas. O que resta transmitido biologicamente parece constituir, portanto, uma condição corporal que garante sensibilidade a mudanças em função do controle pelas consequências.

Vistos desse modo, os níveis (ou as instâncias) filogenético, ontogenético e cultural, enunciados por Skinner (1953), não podem distinguir-se um do outro por uma natureza distinta, mas por processos particulares que, em última análise, sempre remetem a alguma condição de variação e seleção comum entre os três. É importante compreender que a designação dos processos “filogenético”, “ontogenético” e “cultural”, enquanto “níveis” de variação e seleção, constitui uma escolha meramente metafórica, até mesmo arbitrária. Embora o “nível” cultural aparente ser o mais “elevado”, no sentido de que, sendo o terceiro, refere-se à complexa forma de transmissão de práticas culturais alimentadas por entrelaçamento de comportamentos e contingências, não é o que, de fato, acontece. Da mesma forma, seria possível entender que o “nível” filogenético, este sim, fosse o mais importante, no sentido de que parece o mais “básico”, fundamental para a existência dos demais. Assim, o termo “nível” refere-se apenas à designação de instâncias às quais

correspondem algumas tantas operações no processo de variação e seleção. As diferenças entre eles dizem respeito à maneira como acontecem mudanças em padrões comportamentais.

Na dimensão filogenética, qualquer mudança diz respeito a alterações nas características anatomofisiológicas dos organismos vivos, decorrentes de mutações, e sua interação com o ambiente passa a ser mais efetiva ou funcional para a sobrevivência da espécie. As mudanças organísmicas decorrem de mutações vantajosas em termos biológicos e são transmitidas geneticamente às gerações subsequentes, via reprodução da espécie. Muito do comportamento respondente, em termos de reflexos incondicionados, exemplifica características que viabilizam a sobrevivência dos organismos a partir de um aparato corporal biologicamente “pronto” para garantir as condições essenciais de sobrevivência. A dimensão filogenética, nesse sentido, “prepara” os novos exemplares da espécie para que, ao nascerem e passarem a viver em um ambiente similar ao do passado selecionado, disponham das condições biológicas que asseguram a sua sobrevivência nesse ambiente, em especial de modo que, gradativamente, essa sobrevivência possa ser dada ou influenciada pelas interações dos organismos, no cotidiano, com o meio em que vivem.

Já o segundo “nível” diz respeito a um período específico da vida dos organismos, que transcorre entre o seu nascimento e a sua morte, caracterizado pelas consequências resultantes das interações entre organismo e ambiente. Essas mudanças de comportamento também acontecem em função de variação e seleção, porém a variação não resulta diretamente de mutações biológicas, mas da “experiência” representada pelo inextricável elo entre contexto antecedente, comportamento e consequências, sendo estas últimas distintas para os diferentes seres vivos, a depender da história particular de cada espécie. Trata-se do extenso repertório de comportamentos extremamente sensíveis às consequências, que garante uma extraordinária adaptação dos organismos a condições variáveis no seu ambiente físico-químico-biológico-social. Se, por um lado, a dimensão filogenética foi objeto especial de descrição e análise por Darwin, a dimensão ontogenética (segundo “nível”) constituiu-

-se no achado, na descrição e na explicação segundo a Análise do Comportamento, uma abordagem “psicológica” de Skinner às interações dos organismos com seu ambiente, restritas à temporalidade demarcada pelo período de transcurso da vida.

Finalmente, uma terceira instância, igualmente importante no processo geral de variação e seleção, é o “nível” cultural, o qual implica, para além do período de vida do organismo individual em suas relações com o ambiente, também os padrões de interação de diversos organismos, constituindo o que designamos de práticas culturais. Estas, em última análise, também remetem a comportamentos, e comportamentos, naturalmente, que só podem ser do indivíduo, já que comportar-se é condição inerente à individualidade. Para além de uma dimensão metafórica, não há que se falar em “comportamento do grupo”, já que grupo não “absorve”, não “consome” as consequências geradas por certa organização, certa configuração, certo tipo de entrelaçamento entre os comportamentos dos seus membros.

O grupo não é um organismo. Este se comporta e produz consequências no ambiente, as quais, por sua vez, alteram a probabilidade de ocorrência de classes de respostas funcionalmente similares às que produziram tais consequências. O grupo é uma reunião, com base em diversos critérios possíveis, de indivíduos que se articulam de tal maneira que apenas sob tal lógica coordenada as consequências são possíveis. Esse entrelaçamento é uma condição que diferencia as práticas culturais em relação ao comportamento operante ordinário, individual, do segundo “nível”. As consequências afetam uma condição plural de organização comportamental, as práticas culturais, que são arranjos de comportamentos individuais dispostos de tal modo que apenas e tão somente se emitidos em tais circunstâncias e com tal padrão implicarão reforçadores para uma dimensão plural no contexto do grupo – ou o comportamento de todos os membros, ou de parte dele, especificável na caracterização das contingências vigentes – que sensibilizem os seus membros.

O terceiro “nível”, portanto, é “responsável” pela transmissão (no caso humano, excepcionalmente complexa, pela presença

de comportamento verbal) de padrões designados como culturo-comportamentais,² representados por tipos de práticas culturais que tenham sido efetivos para a sobrevivência do grupo e de seus indivíduos. De modo concomitante, é nesse nível que, paralelamente, são excluídos padrões de práticas que não sejam funcionais para o grupo e que “precisem” ser eliminadas ou transformadas. Na atualidade, discute-se a pertinência do uso de duas possíveis unidades de análise das práticas culturais: a contingência de três termos de Skinner ou a metacontingência de Glenn, aspecto que não será aqui aprofundado, dado o escopo diverso deste livro.

Nessa caracterização dos “níveis” de variação e seleção há um fato central: não existe diferença de natureza entre os processos que se dão nas três instâncias. As três remetem à mesma lógica paradigmática que caracteriza a Análise do Comportamento, ou seja, a seleção pelas consequências. Certamente, o *modus operandi* de cada uma dessas instâncias, como visto, é diferente, seja em termos do processo envolvido, seja em relação ao que muda no organismo e ao transcurso temporal do processo. Portanto, não existem três dimensões separadas ou estanques da vida de um organismo. Trata-se de três maneiras pelas quais o processo de variação e seleção atua. Retomaremos o assunto apenas contextualmente, após analisar várias questões a ele relacionadas. O objetivo desta retomada é antecipar ao leitor uma possível sinalização da trilha que se seguirá em parte dos argumentos apresentados neste livro.

Tomemos, como paralelo, outro modelo de dicotomia comum entre abordagens psicológicas e o cenário geral das questões epistêmico-ontológicas das ciências em geral. Trata-se da questão monismo–dualismo. A interpretação dessa díade depende do critério e das finalidades às quais se destina. Por exemplo, dentro da visão comportamentalista, é possível falar em um dualismo público–privado, que se define basicamente pelo critério da acessibilidade.

2 Note-se que culturo-comportamentais, aqui, não indica uma dupla natureza do fenômeno social. Apenas sinaliza a constituição comportamental das práticas culturais.

Considera-se público aquilo que de alguma forma é diretamente contatado na relação do indivíduo com seu ambiente externo. Considera-se privado, em contrapartida, aquilo que só o indivíduo contata ou sente, como seus pensamentos e parte de sua “economia interna”, genericamente referida aos processos fisiológicos intestinais ao corpo.

Ainda permanecem grandes indagações sobre a zona de fronteira entre o que é público e o que é privado quando se tomam critérios como a pele enquanto divisor do que é interno ou externo ao organismo. Além disso, é vastamente conhecida a menção de Skinner (1967) à diferença entre as dimensões público–privado e físico–não físico. No seu exemplo, segundo o qual sua dor de dentes é tão física quanto as teclas de sua máquina de escrever, Skinner ressalta que apenas ao próprio indivíduo (“primeira pessoa”) que sente dor é possível o acesso direto a esta, certamente um evento privado (que não pode ser sentido do mesmo modo por uma “segunda pessoa”). No entanto, o fato de que seja privado, subjetivo, não implica que seja de outra natureza, não física. Nesse caso, a internalidade não corresponde a uma condição de dualidade substantiva, na qual o que é externo é físico, e o que é interno não é. Nessa perspectiva (ontológica), Skinner é evidentemente monista.

Essa, porém, é apenas uma situação e um critério para explicitar a dicotomia monismo–dualismo. A mesma díade, quando considerada em relação ao que se disse a respeito da existência ou não de dois tipos de mundo, um material e outro imaterial, aplica-se quando pretende-se adotar um pressuposto filosófico para o desenvolvimento de algum edifício científico. Apenas e tão somente quando se objetiva fazer referência a uma abordagem da Psicologia que conceba a separação da realidade, quanto à sua substância, em material ou imaterial, é possível, como decorrência desse pressuposto, falar em relações entre variáveis de dois tipos: 1) aquelas que admitem um evento ou acontecimento imaterial como determinante de um evento material – por exemplo, a atribuição do comportamento de elaborar projetos inovadores à existência de uma estrutura cognitiva tal como uma “mente criadora”; 2) aquelas que admitem

apenas que variáveis fisicamente descritíveis podem determinar a ocorrência de comportamentos, também estes entendidos como tendo concretude física. Evidentemente, no primeiro caso não é possível a mesma conclusão ao se conceber “mente” como sendo “corpo e nada mais”; no segundo, a menção a variáveis fisicamente descritíveis não significa que estas serão sempre e necessariamente fáceis de descrever, assim como é complexo descrever ou localizar no espaço o pensamento como um fato que possui extensão.

Há muitas outras questões por trás da dicotomia físico–não físico. Uma delas diz respeito à acessibilidade a eventos, coisas, fatos, acontecimentos com o auxílio dos sentidos. Olfato, tato, paladar, audição são “instrumentos naturais” disponíveis para garantir certa probabilidade de sobrevivência às espécies de seres, mas não constituem todas as possibilidades de instrumentalização corporal do acesso a ocorrências da natureza. Os desenvolvimentos tecnológicos (óculos, binóculos, microscópios e telescópios, para exemplificar) estendem as possibilidades de aferição “mais precisa” da ocorrência de variáveis a outras instâncias imperceptíveis aos nossos sentidos naturais. Além disso, certa lógica de localização espacial de eventos parece colaborar para se concluir pela materialidade física, ainda que não seja percebida e identificada pelos sentidos ou por sua extensão tecnologicamente dada. A não ser em sentido metafórico, não seria possível que uma pessoa, estendendo a mão aberta, apresentasse uma demonstração do tipo: “Eis aqui, na palma da minha mão, o que penso a respeito!”. A nossa história cultural nos conduz a responder ao nosso interlocutor que quer saber a localização do nosso pensar mostrando a ele a nossa cabeça. Isso, se não for necessariamente e completamente suficiente, parece um consistente indicativo de que pensamentos têm uma localização física, o corpo. Tomado como comportamento, o pensar seria “parte daquilo que o organismo faz”, como arriscou Skinner em 1938.

Logo se nota que tais dicotomias nunca representam, cada qual e todas elas, um problema teórico isolado. Não é possível falar de internalismo–externalismo sem provocar tensões quanto às díades monismo–dualismo, estruturalismo–funcionalismo, deter-

minismo–indeterminismo. Muitas outras existem, prontas para participar do debate sobre a existência (material ou imaterial) de acontecimentos (fatos da natureza) para os quais queremos encontrar (identificar e descrever no âmbito de suas relações) explicações (relações entre variáveis determinantes e determinadas).

Esse panorama inspira a defesa de alguns sistemas explicativos na Psicologia, seja considerando como seu objeto de estudo a consciência, a atividade ou o comportamento. O aprofundamento de cisões amparado em dicotomias nem sempre claras ou legítimas (sejam elas de viés epistemológico ou ontológico), associado à divulgação de ideologias supostamente inerentes às escolhas metodológicas derivadas dessas díades, tem consolidado a possibilidade de escolhas de formação profissional do psicólogo diante de um amplo leque de alternativas. Dentre os diversos vieses, emerge o da Análise do Comportamento, de trajetória polêmica, mas em contrapartida consistente enquanto sistema explicativo que vem avançando há mais de cem anos, especialmente apoiado na pesquisa empírica, começando pela sua versão mais rústica representada pelo Behaviorismo Clássico de Watson (1913).

É exclusivamente no contexto behaviorista – de fato, no contexto do Behaviorismo Radical³ contemporâneo, descendente da formulação skinneriana – que este livro pretende situar suas conjecturas consentâneas com o abandono de uma psicologia apoiada na “psique”, enquanto instância na maioria das vezes considerada fonte causal de todas as ações, por vezes vista mesmo como uma instância imaterial inacessível, a requerer estratégias metodológicas de análise para além de qualquer similitude com as ciências naturais. Não se trata, pois, de um retorno a Watson (1913), mas de um passo nada claudicante em direção a uma ciência das relações entre variáveis. Nesse sentido, trata-se de um empreendimento científico que privilegia a descrição da natureza como meta essencial. Mas não

3 Para uma análise dos sentidos em que o termo “radical” é apropriado no contexto do Behaviorismo skinneriano, pode-se consultar Carrara; Strapasson (2014).

se restringe à descrição “topográfica” de uma única variável, porque essa etapa da ciência, embora imprescindível, não é suficiente para o estabelecimento de conhecimento consistente sobre “como funcionam” os fenômenos. O que se busca, e constitui objeto central deste volume, ainda é uma descrição, porém de relações entre variáveis. Esse é o nexó de interesse da Análise do Comportamento, e é esse o motivo para a consolidação de um caminho que ultrapasse qualquer ilusória esperança de conhecer as “coisas” em si mesmas.

Mostra-se necessária uma abordagem das questões que explicam por que estamos dando, neste livro, especial importância às interações entre organismo e ambiente. Em particular, ela se contrapõe à clássica (e parcialmente vigente) ideia de que, com a experiência, acumulamos uma espécie de repositório (um “depósito intracorporal de nosso repertório”, talvez) de minúsculas “representações” internas do mundo externo. Tal repositório conterá uma série de “cópias” da realidade das “coisas” com as quais convivemos. Outra análise possível talvez exija a compreensão do sentido que estamos dando ao conceito de comportamento no âmbito do Behaviorismo Radical para melhor entender as razões de tal rejeição liminar à “teoria da cópia”.

O que se revela como mudança, a partir das relações funcionais com o ambiente (uma vez que mudanças decorrem delas, inevitavelmente), é a configuração corporal, com especial ênfase para o cérebro, os neurônios e o sistema nervoso em geral, de modo que, por exemplo, diante de uma situação parecida, no presente, com uma do passado, à qual respondemos com sucesso, mostra-se para nós a possibilidade de que podemos responder agora de forma equivalente. Ou seja, quando nos vemos diante de uma situação similar, é a situação que enseja uma resposta para cuja ocorrência nosso organismo está preparado em função da experiência. Tal similaridade está dada não pela “coisa em si” que nos afeta, mas pelo tipo de relação selecionada de maneira interativa. Naturalmente, embora centenária, a questão da definição de comportamento, termo disseminado na literatura de numerosas disciplinas científicas, não é nada consensual. Nossa opinião (Carrara; Zilio, 2013) é apenas uma

das cinco apresentadas nesse número especial da *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*. É representativo das considerações ali veiculadas o trecho seguinte:

[O comportamento...] De um lado, tem existência material. De outro, essa existência não basta por si só. O comportamento é o próprio funcionamento do organismo segundo uma determinada organização corporal. Entretanto, o comportamento jamais está encerrado dentro do corpo do organismo como se este funcionasse tal qual um repositório ao qual o organismo pudesse recorrer buscando formas de agir a-históricas. Não há repertório comportamental pensado como repositório, à maneira da teoria da cópia. Não há um arquivo de eventos comportamentais. A mudança na “configuração” comportamental tem natureza histórica, no sentido de que decorre das interações organismo–ambiente; de modo correspondente, o corpo muda a cada interação. À pergunta sobre onde se localiza um repertório comportamental, a melhor resposta parece ser “Em lugar algum!”. Ou seja, é o corpo (constantemente mudado a partir de novas interações) que se altera e é o comportamento que apresenta padrões inerentes a essa configuração alterada. Em última análise, o que há de (estruturalmente) estável num organismo é (apenas) sua aparência, aos nossos (limitados, mas até por isso suficientemente funcionais) sentidos, que nos permitem identificar, ver ou ouvir o “outro” como “o mesmo” de ontem e que será provavelmente “o mesmo” de amanhã. O *continuum* generalização–discriminação, na análise do comportamento, não apenas explica suficientemente esse fato, mas justifica pela funcionalidade biológica nosso interesse especial em relações funcionais, e não num enfoque estrutural.

Diante da possibilidade de que o comportamento seja parte do próprio funcionamento do organismo, podemos ficar tentados a conceber que funcionamento só se dá em relação a algo ou alguma circunstância e que, por isso, comportamento seria, finalmente, interação. No entanto, é preciso considerar que interações, nesse caso, não são teóricas, não são abstratas, já que se dão no âmbito do corpo em funcionamento face ao ambiente, ou seja, no contexto

de um mundo físico. Há uma diferença talvez sutil entre os termos “relação” e “interação”. Embora ambos se refiram sempre a um plural de situações, organismos, acontecimentos ou eventos, é de se observar que “interação” implica, mais propriamente, “ações conjuntas”, enquanto “relação” implica, como já apontamos, nexos, dependência. A despeito de que sejam termos incluídos no jargão do analista como intercambiáveis, um modo de atentar para esse aspecto particular é retomar uma diferença classicamente marcada nos pressupostos fundamentais dos conceitos de contiguidade e contingência. Naturalmente, aqui ainda não estão em questão as diferenças dos conceitos matemáticos de relações e correlações. A existência do comportamento reivindica um “relacionar-se com” (agora aproximado ao “interagir com”) o ambiente. Não há como falar do comportamento em si, mas somente nas suas relações com o ambiente. Não há como falar em ambiente, se não se especificam as condições ou o modo com que este faz intercâmbio com o organismo.

O que o analista busca, finalmente, é descrever tais interações, procurando especificar quais tipos de relações de dependência estão em curso (o que se faz via análise de contingências). Nesse sentido, então, a própria interação *qua* interação e a própria relação *qua* relação constituem conceitos abstratos e destituídos de uma *res extensa*, mas não subsistem, no âmbito da análise comportamental, fora de um referente empírico. Especialmente no comportamento operante, são essas relações entre as variáveis representadas pelo funcionamento do organismo, articuladas às variáveis ambientais que constituem o entorno antes–depois da emissão de respostas que completam o tipo de fluxo comportamental que provavelmente se repetirá num futuro semelhante. Note-se, portanto, que quem é sensível às mudanças ambientais é o organismo individual em sua ação, ou seja, que se comporta de uma dada maneira em dadas circunstâncias e é ou não reforçado por assim proceder; em contraposição, em mero trocadilho, “comportamento não se comporta” e, nesse sentido, não é este que, efetivamente, é conseqüenciado. Para tal, é preciso que seja comportamento do organismo, o que não é conceito corriqueiro e evidente quanto possa parecer. (p.14-5)